

Economia**ROTA DOS AVIÕES**

Decisão de demolição com a Justiça Estadual

Pedido da capital para Justiça Federal julgar ação demolitória em Bairro República voltou às mãos do Estado. Um edifício já será demolido

Joyce Meriguetti

A responsabilidade de decidir se mais um prédio no Bairro República, em Vitória, que está próximo à cabeceira da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, deve ser demolido será da Justiça Estadual.

A procuradoria da capital havia solicitado que a ação demolitória interposta pelo município de Vitória fosse julgada pela Justiça Federal, porém, o juiz da 4ª Vara Federal Cível, Francisco de Assis Basílio, determinou que o processo retorne para a esfera da Justiça Estadual, onde já tramitava anteriormente.

Em sua decisão, o magistrado explica que não houve interesse da União ou da Infraero na ação para demolição do imóvel.

Consta no documento que a União não manifestou expressamente o interesse, embora tenha sinalizado a ocorrência de violação à norma relativa a tráfego aéreo. Já “a Infraero, empresa pública que administra os aeroportos no País, por sua vez, foi categórica ao afastar tanto o interesse quanto a legitimidade para o ingresso no feito”.

Segundo a Prefeitura de Vitória, a edificação do Bairro República está 2,30 metros acima do permitido pelo Plano Diretor Municipal da região. Enquanto o limite é de 8,40 metros, o prédio tem 10,70 metros.

SEGURANÇA

No mesmo bairro, o edifício Villa di Capri já teve a demolição dos três últimos andares decretada pela Justiça Federal por estar localizado na cabeceira da pista do aeroporto de Vitória e estar acima do limite de altura para segurança

dos pousos de aeronaves.

De acordo com a Secretaria de Obras da prefeitura da capital, os trabalhos para realizar a demolição dos andares do Villa di Capri foram iniciados ontem, com a medição da área e catalogação dos itens móveis que serão retirados, como portas, lâmpadas, fiação e bancadas.

Na sequência, será montada a estrutura para começar a demolição e as visitas às residências vizinhas para vistoria e confecção de laudo técnico.

A demolição dos andares efetivamente, como determinou a Justiça, está prevista para a próxima semana e será executada pela empresa Complex Compressores e Serviços.

Sobre a decisão da Justiça Federal de encaminhar ação com o pedido de demolição de outro imóvel no bairro para ser julgado pela Justiça Estadual, a Prefeitura de Vitória informou que “ainda não recebeu a decisão, mas que vai cumprir toda a determinação judicial”.

FERNANDO RIBEIRO - 13/07/2012



PRÉDIO, que segundo prefeitura, está acima do permitido: 3 andares a mais